

AS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: OS ANOS DE CHUMBO

Marcelo Siqueira Ridenti*

RESUMO: O artigo aponta a participação política diferenciada das mulheres brasileiras nos anos 60 e início dos 70, a favor ou contra a ditadura militar. São analisados dados estatísticos sobre a participação feminina nas organizações políticas clandestinas de esquerda em geral, e nos grupos guerrilheiros em particular. Esses contaram com a participação de várias mulheres, principalmente jovens intelectualizadas, ainda que em número muito inferior à participação masculina. A militância feminina nas organizações de combate armado à ditadura, mesmo que não se revestisse de caráter especificamente feminista, foi um momento de avanço na liberação da mulher, especialmente se essa militância for comparada com aquela das “mães-esposas-donas-de-casa” que se organizaram a favor do golpe de 1964.

UNITERMOS: Brasil: mulheres, esquerda, anos 60, ditadura militar.

Este artigo aborda a relação das mulheres brasileiras com a política nos anos 60 e início dos 70, particularmente das mulheres de esquerda, com destaque para a participação feminina nos grupos que pegaram em armas no combate ao regime militar, instaurado no Brasil em 1964. Sem a pretensão de esgotar o tema, trata-se de demonstrar que foi diferenciada a participação política das mulheres naquele período, quando passaram a intervir significativamente na cena política, quer para apoiar o golpe de 1964, quer para combatê-lo, das formas mais moderadas às mais extremadas.

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Araraquara.

Na análise quantitativa da presença feminina nas organizações de esquerda, foram utilizados dados estatísticos extraídos do *Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM)*, que, como se sabe, é um longo estudo sobre a oposição ao regime militar no Brasil nas décadas de 60 e 70, especialmente sobre a repressão governamental à oposição, tomando como fonte principal de pesquisa 695 processos movidos pelo regime militar contra seus adversários. Os quadros estatísticos apresentados neste ensaio são fruto de informações retiradas do *BNM*, as quais retribuímos por computador, pelo sistema SAS. O Quadro nº 1 oferece um painel geral sobre o número de homens e mulheres processados por vinculação com várias organizações de esquerda. Verifica-se que elas eram compostas por ampla maioria masculina nos anos 60 e 70, ainda que algumas organizações contassem com razoável número ou percentagem de mulheres. No total de 4124 processados das esquerdas, 3464 eram homens (84,0%). Já os grupos armados urbanos no seu conjunto tiveram percentagem um pouco mais significativa de mulheres na sua composição: 18,3%. Os grupos nacionalistas, em geral, contaram com poucas mulheres em suas fileiras, antes ou depois de 1964, fossem eles armados ou não: nenhuma mulher foi processada por ligação com os Grupos de 11 em 1964, tampouco houve acusadas de pertencerem a organizações armadas nacionalistas como MNR, MR-21 (o MAR teve apenas uma processada, e a RAN constituiu-se em exceção significativa dentre os grupos nacionalistas, pois teve 13 mulheres denunciadas, 34,2% do total; entretanto, a RAN não era um grupo voltado exclusiva ou principalmente para ações armadas). A presença feminina era insignificante em organizações tipicamente nordestinas: somados os dados referentes à FLNe e ao PCR, houve apenas uma mulher dentre 43 processados. Também no PCB, em 1964 ou depois, poucas mulheres estavam presentes, a julgar pelo número de processadas, apenas 32, ou 4,7% do total de 687 (ver Quadro nº 1).

Na grande maioria dos grupos armados urbanos (ver Anexo 1), o percentual de mulheres denunciadas ficou entre 15 a 20% do total. Pode parecer pouco, mas não tanto, se forem levados em conta alguns elementos. Em primeiro lugar, as mulheres ocupavam posições submissas na política e na sociedade brasileira, pelo menos até o final dos anos 60. A norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de “mães-esposas-donas-de-casa”, como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964. A média de 18% de mulheres nos grupos armados reflete um progresso na liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que, então, suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter “feminista” propriamente dito, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80, em outra conjuntura. Não obstante, a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino. Em segundo lugar, a opção dos grupos guerrilheiros implicava uma luta militar que,

pelas suas características, tendia a afastar a integração feminina, pois historicamente sempre foi mais difícil converter mulheres em soldados. De modo que é até surpreendente a presença numérica relativamente significativa do chamado “sexo frágil” em organizações tipicamente militaristas, como a ALN (76; 15,4% do total), e a VPR (35; 24,1%). Em terceiro lugar, a participação feminina nos grupos armados era percentualmente mais elevada que nas esquerdas tradicionais, como revelam os dados sobre as mulheres processadas por integração ao PCB, antes e após 1964 (cerca de 5%). Outros dados confirmam tal asserção, por exemplo, Leôncio Rodrigues observou, em um artigo sobre o PCB, que eram mulheres 9,3% dos delegados ao IV Congresso do PCB, realizado em São Paulo, em novembro de 1954 (Rodrigues, 1981, p. 420). Cabe considerar ainda que, embora o total percentual de 18,3% de mulheres nos grupos armados estivesse bem abaixo da proporção de mulheres no total da população brasileira em 1970 – que chegava a 50,3%, pelos dados do censo demográfico – a participação relativa feminina nas organizações de esquerda armada era próxima do percentual de mulheres na composição da população economicamente ativa no Brasil em 1970, em torno de 21% (IBGE, 1970).

Considerando os dados estatísticos sobre a ocupação das mulheres processadas judicialmente por vinculação com as organizações clandestinas de esquerda (Quadro nº 2), e a julgar por depoimentos de ex-militantes, contidos no livro *Memórias das mulheres do exílio* (Costa et alii, 1980), a maioria das presas e exiladas de extração social mais pobre foram incriminadas por serem mães, irmãs ou esposas de esquerdistas militantes, não por participarem diretamente de atividades consideradas subversivas da ordem estabelecida. Ao contrário das mulheres intelectualizadas processadas, as quais, em geral, participaram ativamente das ações da esquerda, inclusive das armadas. Apenas 10 das processadas eram trabalhadoras manuais, rurais e urbanas (1,7% do total de 578 denunciadas por ligação com as esquerdas em geral). Especialmente nos grupos armados, quase não houve trabalhadoras manuais envolvidas – nenhuma processada – contrastando com a média em torno de 13% de trabalhadores manuais urbanos e rurais, de ambos os sexos, no total dos acusados de envolvimento com as organizações armadas. Entretanto, 28 mulheres processadas por ligação com grupos em armas (8,3%), eram donas de casa (“prendas domésticas”, na classificação do Quadro nº 2). A esmagadora maioria das denunciadas das esquerdas compunha-se de estudantes (186; 32,2%), de professoras (133; 23,0%), ou de outras profissionais com formação superior (103; 17,8%), perfazendo um total de 422 mulheres – 73,0% – que poderiam ser classificadas como de camadas médias intelectualizadas; ao passo que 51,6% dos processados de ambos os sexos poderiam ser considerados integrantes dessas camadas sociais. Mesmo em se considerando apenas os dados dos grupos armados urbanos típicos, a percentagem de mulheres dos estratos sociais mais intelectualizados chegaria praticamente a 75%, contra

quase 58% do total de homens e mulheres pertencentes a esses estratos (ver Quadros nº 2 e 3). Além disso, deve-se ter em conta as diferenças sociais existentes entre as mulheres das camadas médias intelectualizadas, como expressa uma passagem do seguinte diálogo entre exiladas políticas:

“Angela – No Brasil muitos de nós éramos classe média alta que fazia ou tinha feito universidade. Éramos elite, não tanto no sentido de que tivéssemos muito dinheiro, mas no sentido de oportunidades culturais.

Sonia – Nem todo mundo. Eu, por exemplo, me classificava como pequena burguesia baixa porque vivia economicamente na merda, tendo que trabalhar para estudar. No vestibular passei na Católica e fui excedente na USP. Não poderia fazer a Católica porque o meu salário não dava. Tive que brigar para entrar como excedente. Durante o curso trabalhava em escritório de venda de terreno, em livraria, fui secretária, fiz mil coisas” (In: Costa et alii, 1980, p. 241).

A insurgência das mulheres na contestação à ordem, entre 1966 e 1968, deu-se sobretudo através do movimento estudantil, que forneceu a maioria dos quadros para os grupos de extrema esquerda. Segundo Poerner, dos 300 delegados estudantis que, apesar da repressão e da perseguição policial, conseguiram chegar ao local clandestino de realização do Congresso da UNE de 1966, em Belo Horizonte, cerca de 30 eram do sexo feminino (1979, p. 270). Como se vê, as mulheres organicamente mais vinculadas ao movimento universitário em 1966 perfaziam em torno de 10% do total de delegados, percentagem pouco menor que aquela das processadas por envolvimento com grupos guerrilheiros urbanos nos anos seguintes, quando a presença feminina no movimento estudantil também parece ter crescido, a julgar por depoimentos. Ao que tudo indica, a composição social das esquerdas em armas era relativamente equivalente à do conjunto dos movimentos sociais mais atuantes no período, inclusive no tocante à participação por sexo.

Muitas mulheres tentavam romper, em diversos aspectos, com séculos de submissão ao entrarem para organizações clandestinas de extrema esquerda. Mas não seria correto identificar a ação política das mulheres nos anos 60 apenas com a luta pela ruptura da ordem vigente. Afinal, é óbvio que também o sexo feminino está cortado pelas contradições da sociedade de classes. Isso nos leva a destacar, rapidamente, a ação conservadora de um sem número de mulheres naqueles anos:

“Em certa medida, eu já tinha sentido no Brasil, durante o golpe, o papel negativo que as mulheres podem jogar como força de contenção do movimento revolucionário. E pude sentir no Chile, com uma estranha força, como as mulheres podem

servir como massa de manobra para paralisar qualquer processo democrático. E são uma força terrível, terrível mesmo!” (In: Costa et alii, 1980, p. 60).

Essas palavras da dirigente do PCB nos anos 50 e 60, Zuleika Alambert, são reveladoras da atuação das associações de mulheres para criar bases sociais e uma certa “legitimação” para o golpe de 1964 no Brasil (assim como, posteriormente, para a queda do governo constitucional de Allende no Chile). Seguindo pistas abertas por Dreifuss (1981), Solange de Deus Simões demonstrou em *Deus, pátria e família* (1985), o lugar fundamental ocupado pelas mulheres no golpe militar de 1964, associadas ao “complexo IPES/IBAD”, que “patrocinou uma campanha de desgaste do governo Goulart e do nacional reformismo”, procurando, em seguida, legitimar o poder das forças golpistas. “É a ‘mulher-mãe-dona-de-casa-brasileira’ que anuncia à nação, com grande estardalhaço, sua disposição de deixar a proteção do lar e se lançar às ruas e praças públicas” (Simões, 1985, p. 26-27). Foram criados grupos femininos conservadores para “arregimentar a opinião pública para o golpe militar de 1964”, nos principais estados e cidades do país, grupos que revelariam grande capacidade mobilizadora, por exemplo, por ocasião das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” que, lideradas pelas mulheres na sua fachada, arrastaram milhares de pessoas às ruas de todo o país, antes e logo depois do golpe, contando com a adesão de religiosos, de governos estaduais e municipais, bem como do empresariado, inclusive com dispensa do serviço e facilidades de transportes, o que explica parcialmente a participação maciça, naqueles eventos, de camadas sociais médias diferenciadas e até de operários, ligados à Igreja. Mas não há como negar a eficiência mobilizadora das classes dominantes, que souberam canalizar politicamente a insatisfação com a alta da inflação e do custo de vida, apelando para a religiosidade anticomunista arraigada em amplos segmentos da população. Interessava fazer a intervenção militar aparecer como fruto de um “chamamento popular” contra a ação dos “comunistas” e dos “corruptos”, até para convencer a oficialidade legalista da necessidade do golpe para salvar a “pátria”. Mesmo assim, a maioria dos que foram às ruas pleiteava “uma intervenção militar que, como em 1945 ou 1954, atuasse temporariamente para ‘restabelecer a ordem’ e logo fizesse os militares retornar aos quartéis” (Simões, 1985, p. 109). As associações femininas desempenharam papel de destaque no processo de mobilização, reiterando os padrões conservadores vigentes sobre a função da mulher na sociedade.

Depois do golpe, as entidades femininas passaram a atuar no sentido de legitimar o novo regime. Porém, na medida em que este se perpetuava e crescentemente se militarizava, sem solucionar imediatamente a crise econômica, exacerbando seu caráter repressivo, o regime tendia a perder suas bases de apoio popular, de modo que as associações de mulheres golpistas ficavam cada vez mais isoladas e suscetíveis a cisões

internas desagregadoras. Na crise de 1967-68 ainda se fazia ouvir a voz dessas mulheres, já sem grande repercussão social. Por exemplo, um grupo de senhoras católicas paulistas dirigiu-se, em agosto de 1967, ao comandante do Exército local para afirmar que: “O Exército pode contar com a compreensão da mulher paulista, para todas as atitudes que seja obrigado a tomar, mesmo passando por cima de privilégios e títulos, e até mesmo das imunidades de algumas batinas...” (In: Dale et alii, 1986, vol. 2, p. 34). Caráter muito distinto teve a adesão de mulheres aos grupos de esquerda após 1964.

Como evidenciam, por exemplo, os vários depoimentos coletados em *Memórias das mulheres do exílio* (Costa et alii, 1980), foi só no exterior que a maioria das mulheres das organizações de esquerda nos anos 60 e 70 passaram a adquirir uma consciência explicitamente “feminista”, da especificidade da condição de mulher na luta política e cotidiana, questionando um certo “machismo” no interior das próprias organizações políticas (machismo cujo grau variava conforme a organização). Conta Maria do Carmo Brito, que foi dirigente dos COLINA e, mais tarde, da VPR: “É claro que havia muito machismo na organização, mas para mim, francamente, dentro do Brasil nunca fez diferença nenhuma o fato de ser mulher. Suponho que a maioria das mulheres tinha problemas, mas eu não tinha, não posso dizer que tivesse, não posso realmente, era uma situação muito especial. Quando saí do Brasil, fazia parte do Comando da VPR” (In: Costa et alii, 1980, p. 79). Diz a ex-militante Angelina: “Durante muito tempo eu não tive consciência de que existia uma opressão das mulheres dentro dos grupos políticos. Hoje, eu vejo que essa opressão existia muito marcada pelo tipo de estrutura de poder, pelas relações de poder que existiam nas organizações em geral” (1980, p. 249). No mesmo sentido, fala Maria Nakano: “Foi no meu novo país de exílio que tomei consciência mais clara da condição de inferioridade da mulher. Nunca pensava antes na minha situação como mulher, embora achasse importante as outras mulheres na luta política, sobretudo as operárias. Não via então que nos organismos que definiam as linhas políticas, que tomavam as decisões, o número de mulheres era mínimo. Mesmo nós, que vínhamos da Universidade, tínhamos uma participação insignificante a este nível. Mas naquela época não me dava conta disso” (In: Costa et alii, 1980, p. 316). O “machismo” nas organizações comunistas dos anos 60 revela-se num trecho do romance autobiográfico, deliberadamente eschachado, do então militante da ALN carioca, Reinaldo Guarany, intitulado *A fuga* (1984):

“As mulheres na esquerda sempre seguiam uma linha bem definida. Com poucas exceções (K era uma mulher lindíssima, com seus cabelos morenos e aqueles olhos verdes. Isolde com charme pra sociólogo nenhum botar defeito. Sonia Lafoz digna de ter sua foto em banheiro de porta-aviões, Carmela Pezuti de deixar Balzac de mão no bolso, e outras) elas em geral se dividiam da seguinte maneira:

quanto mais barra-pesada fosse uma organização (ALN e VPR), mais feias eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais jeitosinhas eram (por exemplo, AP, Polop, etc.). Portanto, o panorama dentro da ALN era negro: poucas mulheres, todas de sandálias de nordestino e saias de freira. E o que era pior: antes da trepadinha, uma linha nos documentos do Mariga, depois da dita cuja, um belo discurso do Fidel. Haja estômago! Na VPR o quadro era bem parecido, mas, não sei por quê, as mulheres usavam minisaias mais curtinhas. O MR-8 (a eterna Dissidência Estudantil) primava pela mistura, como sempre primou, ora querendo atacar de vez, entrando de cheio no militarismo e aí então espantando as bonitinhas, ora fazendo pose de inelectual salvador do proletariado. Nesses momentos, as gatinhas retornavam às suas fileiras, bem queimadas de sol. Até hoje não entendi isso, acho que as companheiras sentiam uma certa atração pela palavra operário, talvez pelo seu significado de rudeza, força, brutalidade, disposição sexual, ou pelo cheiro de suor misturado com fuligem. Naquela época não se falava de feminismo, e as mulheres da esquerda, que estavam rompendo com montões de dogmas e tabus ao mesmo tempo, precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo” (Guarany, 1984, p. 31).

Entretanto, é preciso salientar que “a teoria que pairava era que mulheres e homens são iguais. A gente era militante, soldado da revolução, e soldado não tem sexo!”, como diria a militante Sonia (Costa et alii, 1980, p. 248). No seu depoimento, é perceptível que havia certa insubordinação feminina nas organizações armadas: “eu já sentia alguns problemas como mulher, por exemplo, os companheiros achavam que as mulheres não tinham muita condição de participar das ações. [...] Então, algumas vezes a gente era levada a fazer certas coisas, movida muito mais por uma necessidade de afirmação como mulher dentro daquele grupo do que por um ideal político. Esse troço eu sentia. Era qualquer coisa do gênero: vocês partem do princípio de que todo o mundo é igual, então vamos demonstrar! Agora, é claro que na orientação política da organização a influência das mulheres era muito menor do que a dos homens” (1980, p. 248-249). Outra exilada, Vânia, reconhece que “a mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro”. Contudo, para ela, “isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam” (Costa et alii, 1980, p. 113).

Na entrevista que nos concedeu a ex-militante carioca, Vera Sílvia Magalhães, ela falou longamente sobre as dificuldades de ser mulher na direção de uma organização e, depois, num comando armado, compostos quase só por homens, ainda que a DI-GB, futuro MR-8, fosse um dos grupos mais liberais nos costumes:

“Era uma guerra, enquanto mulher, ser de uma direção. Era uma coisa muito barra pesada, nada fácil para mim. Acho que em 1969 eu sairia da direção por mil outras razões, inclusive porque havia quadros novos surgindo. Mas houve um argumento fantástico, de que eu era uma pessoa instável emocionalmente. Só que as pessoas que diziam isso eram os homens que eu namorava, e que estavam na direção (a gente teorizava e praticava: a monogamia não existe, seria uma proposta burguesa, conservadora). E eu perguntava: por que eles não saem? Por que só eu sou instável emocionalmente? [...] Eu fui para o grupo armado como uma espécie de compensação, já que saí da direção que é um cargo máximo. O outro cargo máximo seria ir para um grupo armado, talvez mais valorizado que a própria direção, pois ia fazer as ações [...] Eu era mulher, portanto, fazia todos os levantamentos com o papel de mulher que a sociedade me atribuía. Por exemplo, eu seduzia o gerente do banco para uma conversa, para ir jantar à noite, saber as informações do dia de pagamento, etc. Eu que me virasse, se não quisesse dar o desfecho àquela conversa inicial, o que evidentemente não iria querer. O interesse era só pelas informações. Mas vivi situações bastante complicadas, sozinha. A função feminina eu cumpria exatamente como precisava. Na hora da ação, todo mundo tinha metralhadora, ou 38. A mim, cabia o pior revólver. Até que, no final, eu ganhei uma metralhadora, uma metralhadora, uma grande conquista individual. [...] Uma vez eu saí, em plena Cinelândia, com um coronel, que era dono de uma fábrica de arma. Passa meu pai e me vê vestida de prostituta, porque essa era a *mise en scène* naquela ação. Para cada ação uma *mise en scène*. O meu pai não entendeu nada, imaginava que eu saíra de casa para fazer a revolução e, de repente, parecia que eu tinha caído na vida. Na hora, fingi que não vi. Se o coronel desconfiasse de mim, não tinha ninguém para me dar cobertura, eu me fodia ali mesmo. Por que? Porque na cabeça dos homens, tanto dos meus amigos quanto dos inimigos, a mulher é inofensiva. Eu fui sozinha fazer o levantamento do seqüestro do americano. Fui de mini-saia, vestida de empregada doméstica, conquistei o Chefe da segurança do embaixador, ele me achou engraçadinha, me deu todas as informações. [...] Em todas as ações eu tive um papel bem feminino, que evidentemente facilitava a ação, por isso eu aceitava. Mas eu discutia isso no organismo, queria no mínimo uma cobertura, ir sozinha era um tremendo risco. [...] Todos eram comando, a gente revezava os comandos das ações. Evidentemente que eu tinha medo. Quando começamos a pegar em armas, a gente teve tiroteio com a polícia, fomos cercados algumas vezes, escapamos. Mas foi um traumatismo para mim, como para todo o comando. Agora, a única pessoa que levantava essa questão era eu. Por quê? Porque eu era mulher, e a fragilidade de mulher era muito fácil de ser absorvida. A dos homens não. Ficavam putos, ainda por cima. Depois

do primeiro tiroteio, esse comando ficou dois meses sem fazer ação, só levantamento. É claro que era medo. Pronto, fui levantar o problema, quase me 'matarão'. Imaginem se aqueles homens novos, fantásticos, os heróis da nossa terra, iam ter medo. Medo era assunto que não era para ser tocado, mesmo''.

Não se deve imaginar, contudo, que as mulheres eram totalmente submissas nos grupos de esquerda, em geral, e nos armados, em particular. Isso, aliás, está implícito nos próprios depoimentos já citados. Algumas mulheres chegaram a ocupar cargos de direção, embora esporadicamente; as tarefas caseiras eram divididas; caíra o tabu da virgindade; havia questionamento da monogamia; assumia-se no discurso a total igualdade entre o sexos; etc. A perspectiva da época era a da criação de homens (e mulheres) novos, não da liberação específica da condição feminina, proposta que não se colocava explicitamente naquela conjuntura da sociedade brasileira. Vale reafirmar o equívoco dos que analisam as lutas sociais passadas, esquecendo da conjuntura específica em que se deram. Dizia Regina, numa conversa entre exiladas que recuperavam sua memória: "Naquele momento a gente pensava em mudança política e social e a gente queria ser o "homem novo", mas não tínhamos muito claro o que questionar a nível do nosso cotidiano e vida pessoal. No Brasil, porque eu tinha uma atividade política e profissional muito intensa, esse questionamento, mesmo difuso, ainda existia. O Chile para mim foi uma volta atrás [...]" (Costa et alii, 1980, p. 416). Outra exilada afirmava, no mesmo diálogo, fazendo um balanço:

"Eu acho que se a nossa militância política implicou rupturas com a família, com valores, é porque há uma particularidade nessa militância. No momento histórico em que ela se dá havia uma tentativa de crítica ao stalinismo, de construção do homem novo trazido pela revolução cubana ou pela revolução cultural (chinesa). A gente tentava um mínimo de inserção do político no cotidiano, quer dizer, não éramos só a pessoa heróica no sentido de transformar o mundo, também nos questionávamos: saímos de casa não casando, tentando romper com a virgindade, tentando desmistificar o casamento. Mas não vivenciamos isso tudo enquanto movimento feminista. [...] Então pensávamos que rompíamos com tudo – e rompíamos em parte – mas continuávamos reproduzindo todos os valores da nossa educação" (In: Costa et alii, 1980, p. 416).

As relações entre homens e mulheres, sobretudo nos grupos de esquerda armada, parecem ter rompido com uma série de preconceitos e práticas, ainda que, olhadas retrospectivamente pelas feministas de hoje, aquelas rupturas sejam relativamente tímidas. Sem dúvida, parece ter havido avanços para as mulheres das novas esquerdas, se com-

paradas às da esquerda tradicional do período stalinista, como se depreende, por exemplo, do depoimento da líder comunista nos anos 40, 50 e 60, Zuleika Alambert (Costa et alii, 1980, p. 48-68). A ruptura das militantes de extrema esquerda com o papel de “dona-de-casa-mãe-esposa” evidencia-se nas reportagens da grande imprensa na época, que criou o mito da diabólica e, paradoxalmente, atraente “loira dos assaltos”, transgressora das regras sociais de comportamento feminino. Uma das primeiras mulheres que a imprensa estereotipou como “a bela do terror”, pois haveria outras “belas”, declara:

“As acusações que faziam contra mim nos jornais eram muito poucas. A grande sensação realmente era eu ser mulher. Eles não publicavam coisas que eu tivesse feito ou que me fossem atribuídas, publicavam só minha foto e com o letreiro: ‘Bela do Terror’. Você vê que é toda aquela trama feita em cima da mulher. Teve um outro caso que saía assim: ‘a loura da metralhadora’, ‘loura dos assaltos’. Essa pelo menos localizavam em ações definidas, eu nunca, nunca fui acusada de ter feito nada. O meu caso foi fundamentalmente ter sido uma das primeiras mulheres e ser descoberta. No momento do primeiro golpe na esquerda armada em 1969 havia poucas mulheres, pelo menos conhecidas. Eu lia todos os jornais para ver se transparecia um pouco do que eles sabiam, e cheguei à conclusão de que a acusação contra mim era ser mulher” (In: Costa et alii, 1980, p. 208).

Finalmente, cabe lembrar que nem toda oposição feminina à ordem vigente após 1964 foi tão extremada quanto a das mulheres que aderiram às novas esquerdas, nem política nem pessoalmente. Sabe-se, por exemplo, dos movimentos de mães, esposas e irmãs que protestavam contra a repressão a seus familiares. Décio Saes dá notícia da intervenção de setores politicamente liberais do “movimento feminino”, como a paulista “União das Mães contra a Violência”, nos protestos estudantis de 1968 contra o regime. Para esses setores do “movimento feminino”, não se tratava de uma luta radical contra a ditadura, mas de reinstaurar “um regime democrático puro que pudesse dotar as ‘elites culturais’ do país de uma influência determinante sobre o processo nacional de tomada de decisões” (Saes, 1985, p. 206). Assim, completava-se o quadro: nos anos 60, das maneiras as mais diferenciadas, ainda que distantes de uma perspectiva propriamente feminista, as mulheres marcaram a cena política da sociedade brasileira.

Recebido para publicação em fevereiro/1990

ANEXO 1

Neste artigo, aparecem várias siglas de organizações de esquerda, todas clandestinas, já que só dois partidos políticos eram reconhecidos pelo regime militar: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo, e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição consentida. Para um estudo detalhado das várias organizações de esquerda nos anos 60 e 70, ver, dentre outros: Arns, 1988; Gorender, 1987; Reis F. e Sá, 1985; e Garcia, 1979. Eis os nomes, por extenso, em ordem alfabética, dos grupos clandestinos que são citados no decorrer do texto e dos quadros estatísticos (os grupos assinalados com um asterisco podem ser tomados como tipicamente de esquerda armada urbana):

- * ALA (Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil)
- * ALN (Ação Libertadora Nacional)
AP (Ação Popular)
- * COLINA (Comandos de Libertação Nacional)
CORRENTE (Corrente Revolucionária de Minas Gerais)
- * DDD (Dissidência da Dissidência da Guanabara)
DI-DF (Dissidência do PCB no Distrito Federal)
- * DI-GB (Dissidência do PCB da Guanabara)
- * DI-RJ (Dissidência do PCB do Rio de Janeiro)
- * DISP (Dissidência do PCB em São Paulo)
DVP (Dissidência da VAR-Palmares)
FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional)
- * FLN (Frente de Libertação Nacional)
- * FLNe (Frente de Libertação do Nordeste)
G de 11 (Grupos de 11)
- * MAR (Movimento de Ação Revolucionária)
MCR (Movimento Comunista Revolucionário)
MEL (Movimento Estudantil Libertário)
- * MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário)
- * MOLIPO (Movimento de Libertação Popular)
MRM (Movimento Revolucionário Marxista)
- * MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes)
- * MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro)
MR-21 (Movimento Revolucionário 21 de abril)
MR-26 (Movimento Revolucionário 26 de março)
- * M3G (Marx, Mao, Marighella, Guevara)
PCB (Partido Comunista Brasileiro)
PC do B (Partido Comunista do Brasil)
- * PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário)
PCR (Partido Comunista Revolucionário)
- * POC (Partido Operário Comunista)
POLOP (Organização Política Marxista – “Política Operária”)
PORT (Partido Operário Revolucionário – Trotskista)
- * PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores)
- * RAN (Resistência Armada Nacionalista)
- * REDE (Resistência Democrática)
- * VAR (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares)
- * VPR (Vanguarda Popular Revolucionária)
- * VÁRIOS GRUPOS (dados conjuntos sobre vários grupos, em que pelo menos um deles era de esquerda armada)

QUADRO Nº 1 – Organizações de esquerda no Brasil, conforme o sexo dos processados judicialmente, anos 60 e 70

	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
* ALA	20(16,0%)	105(84,0%)	125(100%)
* ALN	76(15,4%)	416(84,6%)	492(100%)
AP	127(27,0%)	343(73,0%)	470(100%)
* COLINA	8(14,8%)	46(85,2%)	54(100%)
CORRENTE	12(16,2%)	62(83,8%)	74(100%)
DI-DF	1(2,9%)	33(97,1%)	34(100%)
DVP	10(25,0%)	30(75,0%)	40(100%)
FALN	4(8,2%)	45(91,8%)	49(100%)
* FLNe	0(0,0%)	10(100,0%)	10(100%)
GR. DE 11	0(0,0%)	95(100,0%)	95(100%)
* MAR	1(4,8%)	20(95,2%)	21(100%)
MEL	2(12,5%)	14(87,5%)	16(100%)
* MNR	0(0,0%)	18(100,0%)	18(100%)
* MOLIPO	4(40,0%)	6(60,0%)	10(100%)
MR-21	0(0,0%)	22(100,0%)	22(100%)
* MR-26	0(0,0%)	15(100,0%)	15(100%)
* MR-8	30(18,9%)	129(81,1%)	159(100%)
MRM	1(14,3%)	6(85,7%)	7(100%)
PC do B	47(18,1%)	212(81,9%)	259(100%)
PCB	32(4,7%)	655(95,3%)	687(100%)
* PCBR	41(18,9%)	176(81,1%)	217(100%)
PCR	1(3,0%)	32(97,0%)	33(100%)
* POC	41(29,9%)	96(70,1%)	137(100%)
POLOP	15(17,6%)	70(82,4%)	85(100%)
PORT	21(14,9%)	120(85,1%)	141(100%)
* PRT	8(26,7%)	22(73,3%)	30(100%)
* RAN	13(34,2%)	25(65,8%)	38(100%)
* REDE	4(17,4%)	19(82,6%)	23(100%)
* VAR	47(17,4%)	223(82,6%)	270(100%)
* VPR	35(24,1%)	110(75,9%)	145(100%)
* V. Grupos	59(17,0%)	289(83,0%)	348(100%)
* TOT.ESQ.ARM.	387(18,3%)	1725(81,7%)	2112(100%)
Total c/ Sexo conhec.	660 (16,0%)	3464 (84,0%)	4124 (100%)

FONTE: BNM

QUADRO Nº 2 – Organizações de esquerda no Brasil, por ocupação das mulheres processadas judicialmente, anos 60 e 70.

	Profes- soras	Estu- dantes	Form. Super.	Trab.ma- nuais	Trab.Ní- vel Médio	Prendas domést.	Não consta a ocupação	Total	Total c/ ocup. conhec.
* ALA	8(40,0%)	3(15,0%)	3(15,0%)	–	5(25,0%)	1(5,0%)	–	20	20(100%)
* ALN	19(28,8%)	22(33,3%)	8(12,1%)	–	11(16,7%)	6(9,1%)	10	76	66(100%)
AP	27(25,7%)	26(24,8%)	25(23,8%)	6(5,7%)	20(19,0%)	1(1,0%)	22	127	105(100%)
* COLINA	–	5(71,4%)	1(14,3%)	–	1(14,3%)	–	1	8	7(100%)
CORRENTE	1(8,3%)	4(33,3%)	2(16,7%)	2(16,7%)	3(25,0%)	–	–	12	12(100%)
DI-DF	–	–	1(100%)	–	–	–	–	1	1(100%)
DVP	2(40,0%)	–	2(40,0%)	–	1(20,0%)	–	5	10	5(100%)
FALN	–	3(75,0%)	1(25,0%)	–	–	–	–	4	4(100%)
* FLNe	–	–	–	–	–	–	–	–	–
GR. de 11	–	–	–	–	–	–	–	–	–
* MAR	–	–	–	–	1(100%)	–	–	1	1(100%)
MEL	–	1(50,0%)	–	–	1(50,0%)	–	–	2	2(100%)
* MNR	–	–	–	–	–	–	–	–	–
* MOLIPO	3(75,0%)	1(25,0%)	–	–	–	–	–	4	4(100%)
MR-21	–	–	–	–	–	–	–	–	–
* MR-26	–	–	–	–	–	–	–	–	–
* MR-8	3(11,1%)	18(66,7%)	1(3,7%)	–	1(11,1%)	2(7,4%)	3	30	27(100%)
MRM	1(100%)	–	–	–	–	–	–	1	1(100%)
PC do B	9(19,1%)	13(27,7%)	6(12,8%)	1(2,1%)	14(29,8%)	4(8,5%)	–	47	47(100%)
PCB	13(43,3%)	5(16,7%)	3(10,0%)	–	8(26,7%)	1(3,3%)	2	32	30(100%)
* PCBR	7(17,9%)	16(41,1%)	8(20,5%)	–	7(17,9%)	1(2,6%)	2	41	39(100%)
PCR	–	–	1(100%)	–	–	–	–	1	1(100%)
* POC	9(28,1%)	11(34,4%)	5(15,6%)	–	6(18,8%)	1(3,1%)	9	41	32(100%)
POLOP	3(23,1%)	7(53,8%)	–	–	2(15,4%)	1(7,7%)	2	15	13(100%)
PORT	5(23,8%)	8(38,1%)	2(9,5%)	1(4,8%)	5(23,8%)	–	–	21	21(100%)
* PRT	3(42,8%)	1(14,3%)	2(28,6%)	–	–	1(14,3%)	1	8	7(100%)
* RAN	2(15,4%)	1(7,7%)	6(46,1%)	–	3(23,1%)	1(7,7%)	–	13	13(100%)
* REDE	–	–	3(75,0%)	–	–	1(25,0%)	–	4	4(100%)
* VAR	6(13,9%)	16(37,2%)	7(16,3%)	–	11(25,6%)	3(7,0%)	4	47	43(100%)
* VPR	5(19,2%)	5(19,2%)	6(23,1%)	–	3(11,6%)	7(26,9%)	9	35	26(100%)
* V. Grupos	7(14,9%)	20(42,5%)	10(21,3%)	–	6(12,8%)	4(8,5%)	12	59	47(100%)
* TOTAL ESQ.ARM.	72 21,4%	119 35,4%	60 17,9%	–	57 17,0%	28 8,3%	51 –	387	336 100%
TOTAL GERAL	133 23,0%	186 32,2%	103 17,8%	10 1,7%	111 19,2%	35 6,1%	82 –	660	578 100%

QUADRO Nº 3 – Esquerda Brasileira, por ocupação dos processados judicialmente, anos 60 e 70

	ESQUERDAS ARMADAS	TOTAL GERAL DAS ESQUERDAS
CAMADAS DE BASE	311 16,39%	704 19,04%
a. lavradores	37 (2,0%)	88 (2,4%)
b. militares de baixa patente	54 (2,8%)	118 (3,2)
c. trab. manuais urbanos	220 (11,6%)	498 (13,5%)
CAMADAS DE TRANSIÇÃO	490 25,83%	1086 29,37%
a. autônomos	130 (6,9%)	321 (8,7%)
b. empregados	183 (9,7%)	359 (9,7%)
c. funcionários públicos	69 (3,6%)	200 (5,4%)
d. militantes	15 (0,8%)	19 (0,5%)
e. técnicos médios	87 (4,6%)	166 (4,5%)
f. outros	6 (0,3%)	21 (0,6%)
CAMADAS MÉDIAS E ALTAS INTELLECT.	1096 57,78%	1908 51,59%
a. artistas	18 (0,9%)	24 (0,6%)
b. empresários	4 (0,2%)	10 (0,3%)
c. estudantes	583 (30,7%)	906 (24,5%)
d. oficiais militares	14 (0,7%)	30 (0,8%)
e. professores	178 (9,4%)	319 (8,6%)
f. profis. liber. form. superior	284 (15,0%)	599 (16,2%)
g. religiosos	15 (0,8%)	20 (0,5%)
NÃO CONSTA A OCUPAÇÃO	215	426
Total	2112	4124
TOTAL COM OCUPAÇÃO CONHECIDA	1897 100%	3698 100%

FONTE: BNM

RIDENTI, Marcelo Siqueira. The women in the Brazilian politics: the "plumb years". *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.

ABSTRACT: This paper attempts to clarify the political participation of Brazilian women in the sixties and the beginning of the seventies. Their struggle took different ways, for or against the military dictatorship. The paper presents data about women's integration in left wing groups, specially in urban guerrilla. Many women have taken place of these groups, mainly young graduates and students, though there were many more men involved with armed struggle against the military government. Women's militancy in guerrilla organizations has not been properly feminist, but it meant a step towards women's liberation, particularly if compared with organized militancy of right wing women, who supported the military government, defending their traditional status of 'wives, mothers and housewives'.

UNITERMS: Brazil: women, left wing, sixties, military dictatorship.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNS, Paulo Evaristo (pref.). *Perfil dos atingidos*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BNM. Projeto "Brasil: Nunca Mais". Projeto "A", 6 tomos, 12 volumes. Arquidiocese de São Paulo, 1985.
- COSTA, Albertina de O. et alii (org.), *Memória das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- DALE, frei Romeu et alii (org.). *As relações Igreja-Estado no Brasil*. 2 vols. São Paulo, Loyola, 1986.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
- GARCIA, Marco Aurélio. *Contribuição à história da esquerda brasileira*. *Em tempo*. São Paulo, 1979.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1987.
- GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- IBGE. *Censo Demográfico de 1970*.
- POERNER, Artur J. *O poder jovem*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- REIS F., Daniel A. e SÁ, Jair Ferreira de (org.). *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

128 RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.*

RODRIGUES, Leóncio M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: *História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano.* vol. X. São Paulo, DIFEL, 1981.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil.* São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.

SIMÕES, Solange de D. *Deus, pátria e família.* Petrópolis, Vozes, 1985.